

FUNDO DA CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO: PENSANDO ALGUMAS POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS

THIAGO TORRES MEDEIROS DA SILVA *

Resumo: Na década de 1980 os historiadores passaram a utilizar mais sistematicamente os arquivos criminais e policiais. Por conseguinte, este artigo visa colaborar com o debate apresentando o Fundo da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, esboçando as informações contidas e como estas podem ser apropriadas pelos estudiosos interessados na construção de novos objetos de estudo. Para exemplificar como podem ser pensadas e apropriadas pelo historiador, pretendemos refletir sobre uma característica que nos intrigou na análise das fontes – a morada do detento. Encontramos nos registros um número significativo de detentos residentes na Rua da Misericórdia. Apresentamos alguns detentos residentes nesta região e procuramos em crônicas delinear o motivo pelo qual esta região era alvo constante da repressão policial.

Palavras chave: Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Rua da Misericórdia.

Abstract: In the 1980's historians began to use more systematically the criminal and police files. Thus, this article aims to contribute to the debate by presenting the collection of the House of Detention of Rio de Janeiro, outlining the information contained, and how these can be appropriated by scholars interested in the construction of new objects of study. To exemplify how they can be thoughtful and appropriate by the historian, we intend to reflect on a feature that intrigued us in the analysis of the sources – the abode of the detainee. We found in records a significant number of detainees residents on the Street of Mercy. We present some detainees residing in this region and sought to delineate in chronic why this region was a constant target of police repression.

Keywords: Rio de Janeiro. Collection of the House of Detention. Street of Mercy.

Artigo recebido em 17 de Agosto de 2014 e aprovado para publicação em 02 de Outubro de 2014

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (torres_ufrj@hotmail.com)

Introdução: o acervo

Este artigo pretende promover a utilização do fundo da Casa de Detenção do Rio de Janeiro por pesquisadores desejosos em desbravar novos objetos e problemáticas empenhadas em preencher lacunas do conhecimento histórico. Para corroborar como este fundo pode ser apropriado pelos historiadores no fomento de suas pesquisas, utilizarei meu trabalho como fio condutor da narrativa para elucidar a importância do acervo.

A casa de Detenção do Rio de Janeiro foi criada em 1856 e instalada nas dependências da Casa de Correção, sendo administrada pelo diretor deste estabelecimento, e subordinada ao chefe de Polícia da Corte. Destinava-se à reclusão dos indiciados pelas autoridades policiais e judiciárias.

A Casa de Detenção foi criada em substituição a prisão do Aljube que remontava ao século XVIII e que foi anexada à Casa de Correção em 1838. Segundo Carlos Eduardo Araújo, no Aljube ficavam detidos, entre outros setores das classes subalternas, escravos por suspeita de fugidos ou a mando de seus senhores para aplicação de castigo. Nesse sentido, a Casa de Detenção foi um desdobramento do projeto carcerário surgido na década de 1830 que visava à construção de “cidadãos probos e laboriosos”. Dessa forma, o principal objetivo era o controle do número cada vez maior de negros circulando nas ruas da Corte e participando ativamente da política no período regencial.¹

O acervo abarcando os arquivos da Casa de Detenção está situado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) para os anos de 1860 a 1969. O total de livros encontrados nesse arquivo, referentes ao fundo da Casa de Detenção, contabilizam ao todo 516 livros, com 28 metros de suporte e dimensão.

Com a reorganização do Serviço Policial do Distrito Federal, em 1900, a Casa de Detenção foi estabelecida como órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. E em 1941, a Casa de Detenção passou a ser denominado Presídio do Distrito Federal. Mas, devido à criação do Estado da Guanabara, integrou-se à estrutura da Secretaria de Segurança do novo Estado e, após se desvincular administrativamente da Penitenciária Lemos de Brito, foi alcunhada de Penitenciária Milton Dias Moreira.

A documentação foi transferida ao APERJ pela Penitenciária Milton Dias Moreira em 1990, e encontrava-se com problemas sérios de preservação e acondicionamento. Nota-se que alguns documentos encadernados estão em péssimo estado de conservação evidenciando

¹ ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres Imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861*. Tese de doutorado, UNICAMP, 2009. p.1.

a presença de fungos, o que torna difícil o manuseio, e outros, apresentam perdas no suporte e na informação.

A área de conteúdo da documentação do acervo contém informações como registro de matrícula de detentos homens; detentos homens e menores de 21 anos; detentos mulheres e menores de 21 anos; detentos; detentos menores de 21 anos; presos políticos.

Os livros de registros de entrada contêm ainda dados sobre os detentos baseados em um padrão: nome, idade, filiação, naturalidade, motivo da prisão, morada; sinais característicos dos detentos: cor, formato do rosto, cabelos, olhos, nariz, boca, barba e altura; sinais particulares: tatuagens, cicatrizes, entre outros; data de entrada, por quem foi conduzido, à disposição de quem, nota de culpa, pronúncia, data de absolvição ou condenação; penas correcionais; enfermaria (data de baixa e alta); sinais adquiridos na prisão; soltura; óbito; observações; profissão; trajés; além de saber ‘como se mantém’, ou seja, se o detento sabe ler. Constam ainda, livros de registros de receituários médicos, um livro razão e um de registro de pecúlio de detentos.

O sistema de arranjo é dividido em seis setores e ordenado cronologicamente: listagem nominal de detentos (1875-1901); livros de matrículas de menores de 21 anos, homens detentos (1890-1953); livros de matrículas de detentos homens (1890-1961); livros de matrículas de detentos e menores de 21 anos (1890-1923); livros de matrículas de detentos (1891-1928); livros de matrículas de menores de 21 anos (1906-1961).

A principal função da Casa de Detenção era manter detidos aqueles que ainda não tinham sido condenados ou que tivessem cometido pequenos delitos sem pena, ou seja, detenções de curta duração, embora pudesse abrigar presos condenados. A separação dos presos se dava da seguinte forma: no primeiro andar eram mantidos detentos que haviam cometido delitos mais brandos, e o térreo era habitado por detentos que tinham comportamento agressivo, presos condenados à morte ou acometidos por doenças contagiosas. É importante ressaltar que esta distinção geográfica dos detentos na Casa de Detenção era em última instância uma formalidade que servia para camuflar a separação destes pela origem social já que os presos em melhores condições sociais eram levados ao primeiro andar, em detrimento dos menos abastados que ocupavam as celas do térreo.²

² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Inventário preliminar do Fundo: Casa de Detenção do Rio de Janeiro, 2001.

Possibilidades historiográficas

Como podemos notar, as informações presentes nos registros de detentos são extremamente reveladoras e nos trazem uma riqueza de informações sobre o modo de vida das classes subalternas no decorrer de mais de um século na cidade do Rio de Janeiro. O acervo nos abre uma infinidade de possibilidades historiográficas e, a partir destes dados, torna-se possível construir objetos de pesquisa dos mais variados campos da disciplina histórica (história econômica, social, cultural e política).

Por exemplo, poderíamos nos empenhar em realizar um projeto que objetivasse desvendar um padrão de vestimenta dos ‘criminosos’, já que no registro aparece o tipo de vestimenta que o indivíduo portava no momento da prisão. Portanto, um estudo desse porte acarretaria em um ganho imprescindível para o campo da história cultural ao evidenciar quais eram as principais indumentárias dos indivíduos no período estudado. Como no caso do italiano Antonio Ventromile, que desfilava com um terno de cor, camisa branca e chapéu de palha, preso em flagrante incurso no art. 303 (“ofensas físicas”) do Código Penal de 1890.³

Para o enriquecimento de problemáticas envolvendo o campo da história social poderíamos nos questionar sobre qual seria a profissão mais perseguida pelas autoridades na autoria dos delitos de crimes e contravenções. Seriam aquelas em que a necessidade de sua atividade fosse essencial para o desenvolvimento do sistema econômico implantado pelas classes dominantes? Ou, os empregados informais seriam os mais perseguidos pelos ‘meganhas’ por se recusarem ao ofício formal?

Outro objeto de estudo possível de ser construído pelo pesquisador seria o levantamento dos pecúlios dos detentos. O que estes possuíam quando eram levados para a detenção? Ainda, qual era o nível de instrução dos detentos? Em sua maioria sabiam ler ou eram analfabetos?

Enfim, essas são algumas possibilidades cabíveis de serem levantadas pelo historiador que pretenda debruçar-se sobre o acervo. Cada variável dos registros (cor, nacionalidade, morada, etc.) torna-se um objeto distinto, contribuindo para a construção de novas temáticas e o surgimento de novas áreas de estudo, alargando consideravelmente o conhecimento histórico.

³ Notação 136, número 3302.

Construção do objeto de estudo

Após relatar as características mais abrangentes do acervo e elucidar algumas possibilidades de construção de novos objetos de estudo tendo como fonte este corpus documental, é preciso esclarecer ao leitor como esta fonte foi inserida e selecionada como a principal documentação eleita para desenvolvimento da pesquisa.

O período do início da República no Brasil com as alterações nas relações de trabalho e na própria estrutura geográfica e social, especificamente no caso do Rio de Janeiro, exerceu um atrativo especial para o surgimento de uma pesquisa que tentasse compreender como se deram essas relações entre os diferentes setores sociais esclarecendo como as classes subalternas vivenciavam esse momento de transição.

Sendo assim, por se caracterizar e conter principalmente detentos que haviam cometido delitos leves, a Casa de Detenção transforma-se no principal meio de compreender os mecanismos lançados pelo estado para submeter o indivíduo ao trabalho assalariado no momento de desenvolvimento de uma ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro, como bem explicita Sydney Chalhoub:

O aparato policial tem um papel fundamental a desempenhar neste momento de tentativa de imposição de uma ordem burguesa na sociedade carioca do período: sua função é ao mesmo tempo de vigilância – na medida em que deve zelar pela disciplina da força de trabalho – e de repressão direta – na medida em que deve espancar e arremessar ao xilindró todos aqueles que se negam a se sujeitar às picaretas demolidoras da prefeitura ou à condição de assalariado⁴.

Desse modo, priorizaram-se, inicialmente, os arquivos referentes aos primeiros anos do século XX, especificamente nos anos em que Pereira Passos esteve na administração da prefeitura do Distrito Federal (1902-1906). Mas, quando se passa do campo teórico para a prática, o ofício do historiador encontra alguns obstáculos significativos. No momento que antecedeu o contato com as fontes priorizou-se esse recorte (1902-1906); entretanto, devido às condições adversas do estado de conservação destas, permaneceu difícil sustentar esse projeto. Como modo de remediar esta situação, optou-se pelos documentos que estavam em condições mais legíveis, os quais correspondiam aos anos entre 1904 a 1908.

A primeira observação a ser apresentada consiste em ressaltar que não foi feita uma análise quantitativa a fim de abarcar todas as possibilidades historiográficas que essas fontes

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 269.

nos abrem. Priorizou-se a percepção dos aspectos mais recorrentes nos registros de entrada, apesar de compreender que uma análise serial enriquece o trabalho e possibilita o aprimoramento de hipóteses a serem desenvolvidas, além de permitir selecionar melhor os fatores a serem trabalhados.

Mas a simples percepção de alguns conteúdos repetitivos nas fontes podem nos levar à reflexão e suscitar questões a serem desenvolvidas ao longo do trabalho. Nota-se, na leitura das fontes, que grande parte das prisões estavam relacionadas principalmente a três artigos do Código Penal de 1890: primeiramente, ao artigo 399 – “deixar de exercer profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo que habite”. Outro artigo bastante recorrente encontrado nas fontes é o artigo 303 – “ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”. E por último o artigo 402 – “fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem”.

O Rio de Janeiro no início do século XX

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX o Brasil e toda a América Latina receberam expressivos investimentos de capital da Europa para entrarem no rumo da ocidentalização em sua forma capitalista⁵. A cidade do Rio de Janeiro foi uma das capitais beneficiadas por esses investimentos e estes, em sua maioria, eram designados “à instalação de uma infraestrutura de meios de comunicação e de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias de extração e ao beneficiamento de matérias primas.”⁶

O Rio de Janeiro passava por importante mudança em sua atividade econômica, mais precisamente o Porto, que deixou de ser o principal centro de exportação de café para se concentrar na importação de produtos e bens industrializados dos países europeus. A mudança da natureza das atividades econômicas do Rio transformou-o “no maior centro cosmopolita da nação, em íntimo contato com a produção e comércios europeus e americanos, absorvendo-os e irradiando-os a todo o país”.⁷

As transferências de capital e mão-de-obra da decadente área cafeeira do Vale do Paraíba e a ampliação do mercado consumidor originada pela imposição do trabalho livre, juntamente com a maior concentração de uma população migrante na cidade, além da

⁵ *Ibidem.* p. 248.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983. p. 44

⁷ *Ibidem.* p. 28.

expansão dos meios de transporte, foram os principais fatores que possibilitaram o desenvolvimento da economia urbana carioca.⁸ A fim de desempenhar essa atividade era necessário efetuar mudanças estruturais e para isso as classes dominantes desenvolveram um projeto político de reforma social que pretendia reestruturar a cidade, para fazê-la um centro cosmopolita, ligado à difusão de produtos europeus. Em consequência, irrompe o processo de “demolições conduzidas pelo governo do Distrito Federal para as reformas do porto e construção do cais, iniciadas a partir de 1892. Data daí o início da febre demolidora na área central”.⁹

O desenvolvimento destas atividades no espaço urbano influenciou na valorização deste e a especulação imobiliária originou problemas envolvendo a habitação das camadas populares, com o seu apogeu na administração do Prefeito Pereira Passos, entre os anos de 1902-1906. “Alegando garantir melhores condições de vida à população pobre, o governo desapropria e põe abaixo grande parte dos prédios e casarões da cidade”.¹⁰ As transformações urbanas orquestradas pelas classes dominantes na ocasião desalojaram cerca de vinte mil pessoas de suas moradias situadas nas ruas próximas às áreas centrais da cidade.¹¹ De acordo com Bilac:

É uma crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas mesmas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos favorecidos de fortuna, os que apenas podem ganhar ordenado exíguo ou minguado salário.¹²

Portanto, as transformações sofridas nesse governo “não só demoliram casarões e cortiços, mas também desorganizaram a vida de muitas pessoas e agravaram ainda mais as já precárias condições de sobrevivência das classes populares”.¹³ Aos populares a alternativa encontrada foi se deslocarem para os subúrbios e favelas em áreas periféricas. Em nome do ideal civilizatório o estado empreende “uma verdadeira campanha de caça aos mendigos, desalojamento das camadas populares do centro da cidade e combate cerrado às mais variadas

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*. p.134-135.

⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.* p. 56.

¹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988. p. 11.

¹¹ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1983. *Apud* CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*. p. 133.

¹² BILAC, Olavo Bilac. “chronica”, Kosmos, out. 1907. *Apud* CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*. p. 131.

¹³ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*. p. 147.

expressões da cultura popular”.¹⁴. O indesejável é transferido para o fundo da vida social, como salientou Norbert Elias, reiteradamente percebemos como constitutivo “de todo o processo que chamamos de civilização esse movimento de segregação, este ocultamento ‘para longe da vista’ daquilo que se tornou repugnante” .¹⁵

Este período em que se inicia o processo de modernização da sociedade brasileira é conhecido como Belle Époque e foi um momento caracterizado pelo endeusamento do modelo civilizatório europeu, mais precisamente do modelo francês, e de negação a tudo que remetia à cultura das classes subalternas. Como bem discorre Nicolau Sevcenko o “advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante na área central da cidade era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo”.¹⁶

Dentro dessa ordem discriminatória ocorre um distanciamento entre as classes dominantes e o restante da população. As primeiras seriam as protetoras da civilização, “autodesignando-se mandatárias de uma missão superior: a de civilizar o povo. Visto como rude e carente de instrução, este povo deve submeter-se às razões ordenadoras”.¹⁷ Com isso, para lograr o objetivo de civilizar o país, era necessário estabelecer a ordem na sociedade. Nota-se que o conceito de civilização imposto pelas classes dominantes está diretamente relacionado à ordem do social, ou seja, para se tornar um país civilizado e atingir o progresso dos países europeus era preciso que houvesse obediência dos setores menos ‘civilizados’. Mas, na verdade “o sonho de uma ordem servia para perpetuar o poder e conservar a estrutura socioeconômica e cultural que esse poder garantia”.¹⁸

Nesse período a capital do país “passava por importantes transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social”.¹⁹ Na cidade do Rio de Janeiro, houve um crescimento populacional vertiginoso, que esteve fortemente vinculado a três fatores: o primeiro fator foi a imigração de ex-escravos recém-libertos que se deslocavam do campo para a cidade, após o término da escravidão, em busca de melhores condições de vida na

¹⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.* p. 9.

¹⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 128

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.* p. 36.

¹⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.* p. 23.

¹⁸ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 32 *Apud* VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.* p. 12.

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* p. 42.

capital do país; o segundo fator que contribuiu para o aumento populacional foi a chegada de imigrantes na cidade; e por último, e não menos importante, as melhorias nas condições de saneamento da cidade do Rio de Janeiro.²⁰

Segundo Sydney Chalhoub, os dois primeiros fatores são os que melhor exemplificam as características peculiares da demografia da cidade. De acordo com o censo de 1890, a cidade do Rio de Janeiro concentrava o maior número de negros e mulatos de todo o sudeste. O censo indica que 34% dos indivíduos residentes na cidade eram identificados como negros ou mestiços.²¹

A chegada de imigrantes, principalmente portugueses, foi também uma característica peculiar do crescimento demográfico da cidade. Em 1890, 30% da população total da cidade eram de nacionalidade estrangeira e somente os portugueses contabilizavam 20% da população total neste mesmo ano.²² O fluxo imigratório fomentou um novo aspecto nesta sociedade carioca dos primórdios do capitalismo, a demografia causada pela imigração levou a um desequilíbrio entre os sexos, pois, em sua grande maioria, o imigrante era jovem e solteiro e uma enorme quantidade de indivíduos concentrava-se na faixa etária de 15 a 30 anos. Em 1890, 31% dos habitantes do Rio de Janeiro estavam entre os 15 e 30 anos de idade e, em 1906, os mesmos 31% de indivíduos estavam nesta faixa de idade.²³ A consequência mais perceptível refletida pelo grande contingente de indivíduos homens concentrando-se na mesma faixa de idade foi o acirramento da competição pelos postos de trabalhos entre os diferentes setores das camadas populares: os negros, os mestiços e os imigrantes estrangeiros, em sua maioria, portugueses.

Desse modo, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a sociedade carioca viveu sob o “âmbito das profundas transformações socioeconômicas associadas à transição das relações sociais do tipo senhorial-escravista para relações do tipo burguês-capitalista”.²⁴

É preciso elucidar que o processo de produção de força de trabalho no Brasil foi caracterizado pela forte violência institucional.²⁵ Este é o ponto fulcral no desenvolvimento da

²⁰ *Ibidem.* p. 43

²¹ *Ibidem.*

²² *Ibidem.*

²³ *Ibidem.* p. 45.

²⁴ *Ibidem.* p. 45-46.

²⁵ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 114.

referida pesquisa que busca compreender os mecanismos empreendidos pelo estado para a subordinação dos indivíduos ao trabalho regular no momento de expansão do sistema capitalista na cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, os detentores do capital tiveram que criar uma redefinição do conceito de trabalho para que se mantivessem estáveis o suprimento de mão-de-obra, e este objetivo só seria atingido “caso houvesse uma mudança radical no conceito de trabalho”²⁶ nesta sociedade fortemente marcada pelo trabalho cativo. Portanto, se fazia necessário que este conceito estivesse imbuído de valores positivos, “articulando-se então com conceitos vizinhos como os de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa”.²⁷ E, especificamente no caso da cidade do Rio de Janeiro, a reorientação do conceito de trabalho foi projetada para o enquadramento dos indivíduos egressos do sistema escravista, ou seja, os libertos, que eram parte significativa da composição de trabalhadores da cidade.

Percebe-se, ainda, que a tentativa de controle do trabalhador por parte do estado não se dava somente no espaço de trabalho, a vigilância se completava nas ruas através da coerção policial, estigmatizando o indivíduo livre pobre na condição de ‘vadio’ e ‘desordeiro’, levando até mesmo a prisão.

A morada do detento e a crônica policial

Entre os aspectos recorrentes encontrados nas fontes apresenta-se um cuja repetição é significativa – a morada do detento. Ao analisar a morada dos detentos verificou-se que muitos deles morava na Rua da Misericórdia.

Entre alguns destes indivíduos encontra-se Alfredo Nicolau, 45 anos, branco, natural do Rio Grande do Sul, preso pelo delito de vadiagem e enquadrado no art.399. Alfredo era marítimo e residia no número 21 desta rua.²⁸ Assim como Floriano da Costa, 23 anos, solteiro, pardo, natural do Pará. Floriano também foi preso pelo delito de vadiagem e residia no mesmo número que Alfredo.²⁹ Temos também Bernardo Brito, 66 anos, branco, viúvo,

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*. p. 48.

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ Notação 137, número 68.

²⁹ Notação 140, número 2222.

natural da Espanha. Bernardo era sapateiro e residia no número 19 dessa mesma rua, foi outro detido à Casa de Detenção pelo delito de vadiagem.³⁰

Estes são alguns dos muitos casos encontrados em que o detento residia na Rua da Misericórdia. Como poderíamos explicar a evidência significativa, nos registros, de uma vasta quantidade de detentos residentes à Rua da Misericórdia? Qual característica tornava essa rua um alvo privilegiado na ação da investidas policiais? Como desvendar o fato da existência de dois ou mais indivíduos ocuparem o mesmo número na rua, logo, a mesma residência?

Essas foram algumas questões levantadas após a leitura dos registros de detentos e foram cruciais para fomentar este trabalho, pois eram estas que despertaram o interesse na produção da pesquisa. Logo, o objetivo era o de propiciar, além de questionamentos, o desenvolvimento de respostas consistentes, mesmo que temporárias, para estas, e outras, perguntas.

Com a finalidade de formular respostas a estas questões, foi preciso recorrer à literatura contemporânea, ao contexto de mudanças em que a cidade estava inserida, ou seja, o panorama descrito e traçado pelos jornalistas cariocas contemporâneos sobre as transformações urbanas e sociais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. E não há ninguém melhor que o escritor João do Rio para ilustrar o quadro pelo qual passava a cidade no momento de modernização e de todos os seus desdobramentos sociais.

De acordo com Monica Pimenta Velloso, o autor João do Rio, pseudônimo do jornalista Paulo Barreto, “parece caminhar por trás dos bastidores e das fachadas, em busca da cidade que se mantém na penumbra, marginalizada pelos códigos sociais da elite. Este aspecto perpassa toda sua obra”.³¹ É este aspecto encontrado em suas crônicas que fará do autor um importante condutor para se compreender a especificidade dessa área urbana, a Rua da Misericórdia. O quadro exposto por João do Rio é bastante representativo das características peculiares dessa região da cidade do Rio de Janeiro:

A Rua da Misericórdia, ao contrário, com as suas hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas a cair, os corredores bafientos, é perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis gananciosos, os escravos nus, os senhores em redes; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influencia jesuítica. Índio batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbucio da cidade foi um grito de misericórdia, foi um estertor, um ai! Tremendo atirado aos céus. Dela brotou a cidade no antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorreram como de um corpo que sangra os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças

³⁰ Notação 137, número 229.

³¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.* p. 27.

ribeirinhas do mar. Mas, soluço de espancado, primeiro esforço de uma porção de infelizes, ela continuou pelos séculos afora sempre lamentável, e tão augustosa e franca e verdadeira na sua dor que os patriotas lisonjeiros e os governos, ninguém, ninguém se lembrou nunca de lhe tirar das esquinas aquela muda prece, aquele grito de mendiga velha: - Misericórdia!³².

Esse trecho é bastante representativo do cenário social que pairava sobre essa região. Ele nos ajuda a criar uma imagem da localidade, e através dele, podemos compor um pouco a paisagem desta rua e as suas características principais. Podemos notar que havia na Rua da Misericórdia hospedarias. Dessa forma, compreende-se o real motivo da existência de dois ou mais indivíduos residindo o mesmo número da rua como encontrado nos registros.

O autor ainda nos esclarece sobre o estado dessas instalações quando relata a condição deplorável das hospedarias, das casas velhas desmoronando e da miséria reinante neste ambiente. Por conseguinte, pode-se inferir com este depoimento que a Rua da Misericórdia era uma localidade extremamente carente e marcada pelas aparências degradantes da condição humana. Apesar desta adversidade, a Rua da Misericórdia era um dos poucos lugares nos quais se poderia morar por um preço acessível aos mais necessitados.

Por se localizar próximo ao mar é possível que os moradores das hospedarias trabalhassem em atividades portuárias, como no descarregamento de navios, como os estivadores e os trabalhadores dos armazéns de trapiche. Portanto, consistia em uma tática de sobrevivência dos trabalhadores residirem próximo ao trabalho. Principalmente no ofício de estivador, que necessita despertar muito cedo para a labuta e trabalhar por muitas horas ao longo do dia. Em sua maioria, os trabalhadores de estiva acordavam antes do sol nascer, por volta das quatro da manhã e poderiam facilmente trabalhar por volta de doze a dezesseis horas por dia.

Esta rua ainda agrupava moradores de inúmeras nacionalidades. Bernardo era espanhol, Francisco, português. Encontram-se também, entre outros, cubanos, italianos, russos, além de reunir indivíduos de diferentes áreas do país, como Alfredo Nicolau, natural do Rio Grande do Sul e Floriano Costa oriundo do Pará. Estes extremos regionais do país, representados por estes dois moradores da Rua da Misericórdia, possibilita demonstrar a heterogeneidade da composição regional de seus habitantes. João do Rio com seu poder de descrição aguçadíssimo relata:

³² DO RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*, 1907. p.4.

Ide às ruelas da Misericórdia, trechos que lembram o Amsterdão sombrio de Rembrandt. Há homens em esteiras, dormindo na rua como se estivessem em casa. Não nos admiremos. Somos reflexos. O Beco da Música ou o Beco da Fidalga reproduzem a alma de Nápoles, de Florença, das ruas de Portugal, das ruas da África, e até, se acreditarmos na fantasia de Heródoto, das ruas do antigo Egito. E por quê Porque são ruas da proximidade do mar, ruas viajadas, com a visão de outros horizontes³³.

Neste trecho, João do Rio aprofunda a informação encontrada anteriormente nos livros de matrículas de detentos na Casa de Detenção. Estes registros apontam para a evidência de que muitos indivíduos de nacionalidades diversas habitavam e circulavam por esta área urbana. Contudo, ele ainda nos leva além, descreve a Rua da Misericórdia como uma rua semelhante a qualquer outra dos outros continentes situados próximos ao mar. Esta proximidade do mar faz destas ruas uma área marcada pela incessante circulação de produtos no porto, trânsito intenso de pessoas de diferentes partes do globo e, devido a isso, o nosso autor atesta para o fato de que a Rua da Misericórdia “reproduz a alma” destas outras localidades. Melhor dizendo, quando ele diz que as “ruas próximas ao mar são viajadas e com a visão de outros horizontes”, João do Rio reforça os dados encontrados nos registros de detentos, que a Rua da Misericórdia era marcada por uma população extremamente diversificada quanto a sua origem e pela rotatividade constante de seus indivíduos.

Com a expansão do fluxo migratório para a cidade do Rio de Janeiro ocasionada, de um lado, pela migração da população rural para a área urbana e, de outro, pela chegada de grandes levas de estrangeiros na cidade acredita-se que nas áreas próximas ao porto da cidade, e à Rua da Misericórdia era uma dessas áreas, havia uma densidade demográfica mais acentuada em relação às outras localidades da cidade. É bem isso que João do Rio nos descreve quando relata que havia homens nas ruas dormindo em esteiras.

Voltando a falar da condição estrutural e social das hospedarias situadas na Rua da Misericórdia, João do Rio é enfático:

Abri uma dessas pocilgas que são a parte do seu organismo. Haveis de ver chineses bêbados de ópio, marinheiros embrutecidos pelo álcool, feiticeiras ululando canções sinistras, toda a estranha vida dos portos do mar. E essas betesgas têm a perfídia dos oceanos, a miséria das imigrações, e o vício, o grande vício do mar e das colônias...³⁴

³³ DO RIO, João. *Op. Cit.*. p. 5.

³⁴ *Ibidem.* p. 6.

Neste fragmento João do Rio apresenta alguns dos tipos sociais representativos desta área urbana: os chineses e marinheiros. Ainda descreve mais características dos abrigos das hospedarias. Contudo, o mais importante no trecho é que o autor deixa escapar a sua opinião sobre o culpado por essa fisionomia conturbada. O eleito, segundo João do Rio, como responsável social por essa situação calamitosa é a imigração, a miséria e o vício originado por estas. Em outro fragmento versando sobre “as visões do ópio”, o autor reflete ainda mais sobre as consequências sociais ocasionadas diretamente pela imigração. Segundo ele nesta área urbana:

Há de tudo – vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas, rumaicos, professores russos na miséria, anarquista espanhóis, ciganos debochados. Todas as raças trazem qualidades que aqui desabrocham numa seiva delirante. Porto de mar, meu caro! Os chineses são o resto da famosa imigração, vendem peixe na praia e vivem entre a Rua da Misericórdia e a Rua d. Manuel. As 5 da tarde deixam o trabalho e metem-se em casa para tremendas *fumeries*.³⁵

Este é o quadro esboçado por João do Rio no momento de modernização da cidade do Rio de Janeiro. Ele coloriu em tons fortes esta cidade que se quer apagada, pelas classes dominantes, do imaginário social. Como bem salientou Monica Pimenta Velloso, a “realidade transborda os modelos que lhe desejam impor; a cidade é bem diferente das abstrações que construíram a seu respeito. Essa é a ideia que João do Rio passa através de suas crônicas”.³⁶

O autor é bastante impreciso quando se posiciona sobre o caráter das transformações em voga na cidade. Em alguns momentos ele se mostra encantado pelos benefícios trazidos pelo progresso: “Assim é que, contemplando a Avenida Central, ele exclama embevecido: - Ah! o conto de fadas que são as cidades!”³⁷ Mas esse encantamento com o progresso não se mantém por muito tempo. “A euforia cede à consternação: - as avenidas são a morte do Velho Rio”.³⁸ Portanto, temos que desculpar o autor, se por acaso ele cometer alguns excessos quando descreve o panorama do período, afinal, está vivendo sob o calor dos acontecimentos, por ser contemporâneo das transformações urbanas na cidade. Em alguns trechos ele se deixa levar pelos encantamentos do progresso e em seguida critica as mudanças em voga. Mas, como bem salienta Monica Pimenta Velloso, apesar de “João do Rio não esconder a sua

³⁵ *Ibidem*. p. 37.

³⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. Cit.* p. 28.

³⁷ *Ibidem*. p. 30.

³⁸ *Ibidem*.

admiração pelo progresso, apesar de ele identificar o popular com o atraso e barbárie, não se pode dizer que o nosso cronista siga exatamente os padrões de pensamento de sua época” .³⁹

De qualquer modo,, não importa se ele é ambíguo em relação ao processo de modernização pelo qual passava a cidade, importa mais a sua contribuição para este trabalho. O autor foi um bom mediador para nos aproximarmos desta região específica, ele possibilitou aprofundar a informação trazida no momento de análise das fontes: entre os detentos levados à Casa de Detenção, um número significativo residia na Rua da Misericórdia.

Esta última passagem refere-se a uma investida das autoridades policiais nesta área urbana da cidade. Nosso autor acompanhou de perto a abordagem dos ‘meganhas’ que objetivavam vasculhar as hospedarias atrás de criminosos. Eis o relato:

Íamos caminhando pela Rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas, grupos de vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice, alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. Os nossos passos ressoavam num desencontro nos lajedos quebrados. A rua, mal iluminada, tinha candeeiros quebrados, sem a capa *auer*, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrentadas algumas.

Dentro da hospedaria nosso autor relata em tons fortes este cenário social:

Começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de peito aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. A mando da autoridade superior, os agentes chegavam a vela bem perto das caras, passavam a luz por baixo das camas, sacudiam os homens do pesado dormir. Não havia surpresa. Os pobres entes acordavam e respondiam, quase a roncar outra vez, a razão por que estavam ali, lamentavelmente.- Subamos! Murmurou. Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala de esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz de vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros, ‘que haviam perdido o bote’, um mundo vário e sombrio, gargulejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala de esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo. Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho.

³⁹ *Ibidem.* p. 32.

Mas o ambiente descrito por João do Rio não cessava nestes cômodos:

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, se estirava nos degraus, gente que se agarrava nos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam o caminho acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentariamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando a escada e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia mais divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo.

Nessa passagem o cronista esclarece o motivo pelo qual esses indivíduos se encontram nesta condição:

A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor em que empedra o cérebro e rebenta os músculos. Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da policia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. E eu, o adido, o bacharel, o delegado amável estávamos a gozar dessa gente o doloroso espetáculo! - não se emocione, disse o delegado. Há por aqui gatunos, assassinos, e coisas ainda mais nojentas. Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.⁴⁰

Com a exposição destes trechos descritos por João do Rio em visita a uma das hospedarias situadas na Rua da Misericórdia, podemos apontar algumas conclusões: primeiramente, a partir destes fragmentos, podemos compreender o motivo pelo qual a Rua da Misericórdia aparece reiteradamente nos registros como a localização da morada de detentos levados à Casa de Detenção. Melhor dizendo, este fragmento corroborou os dados colhidos no momento de análise das fontes, quando se verificou uma abundante quantidade de detentos residentes na Rua da Misericórdia.

A crônica de João do Rio nos permitiu notar que a Rua da Misericórdia era um dos alvos preferenciais das incursões policiais em busca de ‘criminosos’. Estas incursões aconteciam até mesmo no meio da noite e o quadro relatado pelo autor atesta a condição deplorável em que vivia essa expressiva quantidade de pessoas das camadas populares. Viviam em condições extremas, eram estigmatizados pelas autoridades policiais pela condição miserável em que viviam.

Nessa sociedade que aspira se tornar ‘uma Europa nos trópicos’, a presença destas características sociais no entorno do centro urbano macula a imagem que se pretendia para

⁴⁰ DO RIO, João. *Op. Cit.* p. 72-74

uma cidade ideal; ou seja, a presença destes setores sociais próximos ao centro da cidade era um empecilho ao projeto desejado pelas classes dominantes. Este trecho também corrobora o fenômeno passado pela cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, vivendo um expressivo aumento de sua demografia urbana, ocasionado tanto pela chegada de imigrantes quanto pela migração das zonas rurais para as áreas urbanas. E a Rua da Misericórdia, de acordo com o relato de João do Rio, parece ter sido afetada mais sensivelmente por estas transformações demográficas em voga na cidade.

Metodologia: Análise quantitativa e o uso da micro-história

As características citadas sobre a nossa fonte foram selecionadas para uma apreciação introdutória e para delinear a profundidade e complexidade que a análise pormenorizada nos possibilitará futuramente. Mesmo assim, a partir destas propriedades nota-se que uma estratégia metodológica consistente pode ser atingida no entrecruzamento dos registros de detentos com a literatura contemporânea: crônicas, revistas e jornais. Por intermédio desses meios poderemos averiguar e focalizar mais nitidamente o nosso objeto de pesquisa- como foi exemplificado pelo autor João do Rio, que com suas crônicas aprofundou e complementou as informações colhidas na análise dos registros.

Em um desdobramento da pesquisa, pretendemos futuramente averiguar quais eram os crimes mais reincidentes e mais perseguidos pelos ‘meganhas’, pela tabulação de todos os registros de prisões da Casa de Detenção na primeira década do século XX. Este fato possibilitará afirmar em bases consistentes quais eram os crimes mais cometidos e, logo, também mais caçados pelas autoridades policiais da cidade.

Contudo, Bretas ressalta que na esteira da reorganização do serviço policial em 1907, fora criado o anuário estatístico da polícia da capital federal, que objetivava, justamente, quantificar os crimes cometidos, além de traçar o perfil dos detentos.⁴¹ Todavia, não existem estatísticas criminais para os anos anteriores a 1907. Dessa forma, a pesquisa visa preencher esta lacuna (referente aos anos de 1900-1906) e também confrontar os relatórios oficiais das estatísticas criminais, montado pelos delegados e comissários de polícia, com os livros de matrículas de detentos na Casa de Detenção (1907-1910).

Sendo assim, com o desenvolvimento da pesquisa, almejamos, pela análise quantitativa dos registros de detentos da primeira década do século XX, mapear as áreas mais

⁴¹ BRETAS, Marco Luiz. *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

habitadas da cidade do Rio de Janeiro por detentos da Casa de Detenção para, em seguida, ligarmos ao contexto e ao motivo pelo qual estas áreas eram perseguidas e recriminadas pelas autoridades policiais e judiciárias. É preciso elucidar que não se pretende afirmar que a Rua da Misericórdia era a mais povoada por criminosos detidos na Casa de Detenção. Para podermos assegurar este fato será necessário todo o levantamento estatístico que neste momento encontra-se em desenvolvimento.

Portanto, tal estudo pretende descobrir, a partir de uma análise serial, quais eram os crimes mais cometidos pelos detentos da Casa de Detenção da cidade do Rio na primeira década do século XX, além de elucidar a porcentagem dos detidos conforme os distintos grupos étnicos: negros, brancos e pardos, a proporção das nacionalidades e as profissões mais envolvidas nos delitos.

Este conflito evidenciado entre os segmentos populares e a classe dominante da capital foi demasiadamente desigual na primeira década do século XX. Dessa forma, a pesquisa pretende averiguar os registros desta década, que foi o período final e decisivo do longo processo estrutural de implantação de uma ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Chalhoub, neste período a violência policial era tão desmedida e generalizada “que é impossível subestimar o papel do aparato repressivo policial enquanto elemento constitutivo essencial da estratégia de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado”⁴² Não obstante, como bem salientou Bretas, a força policial não pode ser entendida somente como instrumento de poder das classes dominantes, “mas como mais um espaço de luta pelo poder”⁴³ Em outras palavras, Bretas observa que o policial tendia a interpretar os crimes não de acordo com o que havia sido estabelecido pelo Código Penal e, sim, pela experiência do ofício no cotidiano.

Vale a pena salientar que a metodologia empregada consistiu, e pretende prosseguir com este enfoque, na análise dos casos de delitos cometidos por homens. Este enfoque foi determinado pelo fato de que havia um desequilíbrio entre os sexos na sociedade carioca da época, evidenciando uma alta concentração de homens em relação às mulheres. Em virtude deste fato optou-se por analisar os registros de detentos homens e menores de 21 anos.

Em suma, após o desenvolvimento da quantificação dos registros pretendemos enriquecer a análise a partir de uma escala reduzida, ou seja, das áreas ditas ‘perigosas’

⁴² CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* p. 282.

⁴³ BRETAS, Marco Luiz. *Op. Cit.* p. 14.

habitadas por detentos. O uso da micro-história, na análise do social como bem elucidou Revel, permite “torná-la mais complexa, levando em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados, da experiência coletiva”⁴⁴. O fato de nos propormos a estudar os habitantes, os tipos de delitos, as profissões e os conflitos levantados, dentro de uma área geográfica específica da cidade, trata-se de uma autêntica investigação policial, a qual o historiador muitas vezes possui como segundo ofício. A pesquisa pretende contribuir para o enriquecimento social, e não somente o conhecimento acadêmico, ao focar as origens da repressão nas áreas povoadas pelas classes subalternas. Mas, para apontarmos em bases sólidas, as áreas de maior incidência de crimes e de detentos será preciso o auxílio da análise serial.

Portanto, o trabalho não busca opor o modelo macroscópico e quantitativo, como o proposto por Braudel nos anos 1950, ao modelo de análise da micro-história. Pretendemos conciliar este dois modos de concepção do saber histórico no futuro trabalho, indicando a possibilidade de uma complementação entre os dois procedimentos. Esta estratégia metodológica foi sugerida como um modo de superar os limites encontrados na fonte destacada (Fundo da Casa de Detenção). Por conseguinte, para superar este obstáculo existente na referida documentação torna-se imprescindível o entrecruzamento destas com outros tipos de fontes (processos criminais, periódicos e crônicas do período) objetivando, dessa forma, a articulação e aprofundamento das informações colhidas nos registros carcerários.

Referências bibliográficas:

Fontes:

CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO:

Notação: 117. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: dez/1901 a fev/1924.

Notação: 135. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 27/01 a 27/02/1904.

Notação: 136. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 25/07 a 20/10/1904.

Notação: 137. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 11/10/1905 a 21/02/1906.

⁴⁴ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 18.

Notação: 138. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 21/02 a 04/07/1906.

Notação: 140. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 10/06 a 22/08/1908.

Notação: 141. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 10/10 a 28/11/1908.

Notação: 142. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 29/3 a 10/5/1909.

Notação: 143. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 14/5/ a 20/7/1909; 24/7/1909.

Notação: 144. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 22/5/ a 24/7/1909; 25/6/1909; 24/6/1909; 26/6/1909.

Notação: 146. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 20/7/1909 a 14/9/1909.

Notação 148. Título: Livro de Matrícula de Detentos (homens e menores de 21 anos). Período: 8/11/ a 28/12/1909.

CÓDIGO PENAL DE 1890. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>

DO RIO, João. *A Alma Encantadora das Ruas*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf.

Livros e teses:

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres Imperiais: A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional do Império, 1830-1861*. Tese de doutorado UNICAMP, 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Inventário preliminar do Fundo: Casa de Detenção do Rio de Janeiro, 2001.

BRETAS, Marco Luiz. *A Guerra das Ruas. Povo e Policia Na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Ministério da Justiça, 1997.

BRETAS, Marco Luiz. *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e incertezas*. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2002.

CHALHOU, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As Tradições Populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.